

Revista 128 – Editorial José Carlos Martins

22 Julho, 2026

O primeiro semestre de 2026 aprofundou desafios anteriores.

Em fevereiro, depois da guerra na Ucrânia e em Gaza, os Estados Unidos da América atacaram o Irão com base em pressupostos que poucos meses antes tinham afirmado já ter conseguido: destruir a capacidade nuclear daquele país.

As consequências, estamos todos a senti-las. O aumento dos combustíveis e dos seus derivados, dos bens essenciais, da energia, das taxas de juro e, conseqüentemente, da inflação, agravaram as condições de vida de todos.

As atualizações salariais impostas pelo Governo, nas “negociações” anuais, já foram totalmente absorvidas, e o salário é cada vez mais pequeno, aumentando a condição de pobreza, mesmo de quem trabalha.

Em contraponto, o Governo faz “orelhas moucas” às exigências de aumentos salariais intercalares, preocupando-se mais em pagar a dívida pública primária e em cumprir os critérios da União Europeia.

Esta obsessão tem implicações, também, no investimento público e, em concreto, no Serviço Nacional de Saúde. O constrangimento na admissão e na contratação de enfermeiros é uma realidade que se manteve de 2025 para 2026. O mesmo acontece no investimento em novos equipamentos para substituir os existentes, no edificado e em inovação do SNS, sem a qual o fosso entre o SNS e os hospitais privados se agrava.

Inaceitavelmente, à semelhança do que aconteceu em 2025, ainda não foram aprovados os Planos de Desenvolvimento Organizacional das diferentes Unidades Locais de Saúde – o que significa que a gestão destas instituições está a ser feita “dia-a-dia”, impossibilitando-as de, por exemplo, negociar melhores e mais justos preços com fornecedores que, por sua vez, inflacionam esses valores.

Esta questão é uma entre as várias que estão identificadas. Para a sua solução exige-se o pagamento integral de todas as dívidas e, conseqüentemente, o financiamento das ULS de acordo com as necessidades e a produção, garantindo que os Conselhos de Administração concretizem a autonomia que a lei lhes confere. E não adianta dizerem que não há dinheiro. A prova disso é a sistemática transferência de milhões de euros, por exemplo, para as farmácias, primeiro pela administração das vacinas da gripe, e agora para fazerem os testes de HIV.

Depois da Greve Geral de 11 de dezembro, continuou a saga em torno do Pacote Laboral, cuja negociação na concertação social terminou sem acordo, perspetivando-se, agora, que seja dada sequência na Assembleia da República.

Todos os trabalhadores, e também os enfermeiros, têm demonstrado que rejeitam o retrocesso ao século passado que configura o Pacote Laboral aderindo às iniciativas de luta, entre greves e manifestações.

E importa também referir que, dentre as mais de 100 propostas de alteração do Governo, e que na sua maioria já todos conhecemos, existem outras, também gravosas, para as quais chamamos a atenção: a aplicação direta, sem negociação de Acordo Coletivo de Trabalho, Contrato Coletivo Trabalho e Acordo de Empresa, do Banco de Horas Individual, a adaptabilidade e a flexibilidade, que só agravam a desregulação da vida dos enfermeiros e dos restantes trabalhadores.

Relativamente às questões relacionadas com os enfermeiros, mantém-se a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, sendo que nunca aceitaremos propostas como Banco de Horas e Adaptabilidade, porque isso significa retirar direitos e reduzir o rendimento dos enfermeiros.

Mantém-se a exigência do pagamento dos retroativos desde janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2021 e de todas as circunstâncias relacionadas com pontos.

Em negociação está também a portaria da Avaliação do Desempenho que se exige que seja o mais objetiva possível, e que avalie, efetivamente, o exercício de funções dos enfermeiros nos diferentes contextos, ou seja, tendo em conta a especificidade da profissão. A Avaliação do Desempenho é hoje um dos principais conflitos nas instituições.

No dia 12 de maio, Dia Internacional do Enfermeiro, estivemos em luta com uma greve nos setores público, privado e social, e realizámos uma excelente manifestação e concentração junto ao Ministério da Saúde.

É desta forma que continuamos confiantes no caminho da valorização dos enfermeiros, do pagamento dos retroativos, da abertura de concursos de desenvolvimento na carreira, da admissão de mais enfermeiros e, mais dia menos dia, do reconhecimento da penosidade da profissão através da alteração dos critérios para a aposentação.

A greve geral de 3 de junho reafirmou a disponibilidade dos trabalhadores para rejeitarem o Pacote Laboral, agora em discussão na Assembleia da República.

Os enfermeiros associaram-se aos milhares de trabalhadores em greve e, desta forma, mais uma vez demonstraram que não querem o ACT proposto pelo Ministério da Saúde.